

## **MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS**

***Luiz Gonzaga Lima Gonzaga***

***Procurador de Justiça Aposentado***

### QUESTIONÁRIO PARA OS APOSENTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1º)- Por que escolheu ser promotor?

Pelo contato quase diário com o Dr. Mario Arantes de Moraes, primeiro promotor da comarca de Santo André. Dr. Mario Arantes instalou a primeira promotoria pública de Santo André nos idos de 1954, tendo permanecido na comarca até pelo menos 1965. Iniciei meus estudos de Direito em 1959 e a partir de então, mantive contatos quase diários com o mesmo, indo ao fórum com frequência para ler os seus trabalhos e, especialmente, para assistir e ouvir suas sustentações orais perante o Tribunal do Júri. Os trabalhos do digno Promotor revelavam profissional da mais alta competência e distinção, tornando-me seu fã e fazendo com que eu me entusiasmasse e me preparasse para integrar o rol dos ilustres membros do MP paulista.

(2º)- Como foi o concurso, qual o número do mesmo?

Ingressei no MP no concurso nº \_\_\_\_\_, iniciado em outubro de 1969 e encerrado em 11 de março de 1970. A banca foi constituída pelos Drs. Dario de Abreu Pereira (PGJ) e pelos procuradores de justiça Dr. Mario Arantes de Moraes (Direito Comercial e Direito do Trabalho), Dr. Hélio Ottoni Coelho (Direito Civil e Direito Processual Civil), Dr. Fernando de Albuquerque Prado (Direito Penal e Direito Processual Penal) e pelo advogado Dr. Benjamim Beviláqua (Direito Constitucional), este último como representante indicado pela OAB. O Corregedor Geral era o Dr. Amaro Alves de Almeida Filho. As provas (escrita e oral) foram dificílimas, a começar pelas questões de Direito Constitucional, pois acabava de entrar em vigor a Emenda Constitucional nº 1 - modificadora do Ato Institucional nº 5, - que, por sua vez, revogara a Constituição Federal de 1967. Inúmeras questões foram propostas a respeito das competências tributárias da União, dos estados e dos municípios.

A tese principal da prova escrita versou sobre Direito Penal: o tema sorteado foi "Conceito de perigo no estado de necessidade".

Fui nomeado e empossado como promotor substituto em 31 de março de 1970, ocasião do aniversário da Revolução de Março.

3º)- Como foi a primeira experiência como promotor substituto?

Nomeado como promotor substituto da 45ª. Circunscrição Judiciária, com sede na cidade e comarca de Mogi das Cruzes, compreendendo as comarcas de Mogi, Suzano, Poá e Santa Branca. Os promotores em Mogi das Cruzes eram Sebastião Cascardo e Walter Garcez. Apresentei-me aos colegas meio receoso, pois não tinha sequer carteira funcional e não conhecia ninguém na cidade. Era uma segunda-feira. Assim que cheguei e me apresentei como promotor substituto, Cascardo e Garcez me deram as boas vindas e me levaram a uma sala repleta de processos, que aguardavam a manifestação do MP. Disseram: ' você leva esta pilha de processos para despacha-los em casa e trazê-los de volta, com as cotas, na quarta-feira. Então, você levará uma segunda pilha, etc. Meu Deus, a primeira pilha continha, além de inquéritos policiais em torno das mais diversas infrações penais, processos versando variadas matérias, algumas das quais eu não conhecia bem. Adquiri grande experiência para enfrentar as dificuldades para bem exercer as minhas graves funções. O juiz da 1ª. Vara, Dr. Egas Galbiatti e os colegas do MP, tranquilizaram-me, e ajudaram-me a dar os primeiros passos na carreira. Atuei, também, em Suzano (substitui Renan Severo Teixeira da Cunha), Poá (Joaquim Pedroso) e Santa Branca (Disney Scornaienck). Mês seguinte, em São Caetano do Sul, auxiliando Carlos João Eduardo Senger, fiz meu primeiro júri, o desafio que todo promotor substituto tinha que enfrentar. Tratava-se do terceiro julgamento de um indivíduo que matara a mulher e fora absolvido duas vezes por "legítima defesa da honra"... Dois recursos do MP tinham sido providos no TJ, mas, nem preciso dizer, o gajo foi absolvido mais uma vez. Depois, na Vara Distrital de Pinheiros, substitui Jackson Gouveia de Barros e o juiz era o Dr. Antônio Flávio Rezende. Em Monte Alto, substituí José Roberto Garcia Duran. Nessa comarca conheci e tornei-me amigo do advogado Dr. Júlio Raposo do Amaral, - então vereador e único representante do MDB - e do juiz, Dr. Silvério Paulo Bracchio. Finalmente, em Sorocaba, assumi a 3ª. Promotoria Pública, nas férias do colega Pedro Antônio Bruno Neto e, na ocasião, dei meu primeiro parecer num mandado de segurança.

4º)- Qual a primeira comarca? 5º)- Como foi a experiência na comarca e relate as outras (acumuladas também).

Em setembro de 1970, por antiguidade, fui promovido para Capão Bonito, sucedendo a José Francisco Rudge Bastos. Permaneci até fevereiro de 1973, - meu juiz era o Dr. Wilson de Toledo Silva. Em Capão Bonito desenvolvi bastante trabalho no atendimento ao público, pois a população pobre e numerosa (a comarca compreendia também a cidade de Guapiara), não tinha condições de contratar advogado. Ajuizei várias reclamações trabalhistas e atuei no Tribunal do Júri. Lembro-me de que os crimes contra a vida tinham como motivo a defesa da propriedade da terra. O proprietário invadido ou usurpado defendia a posse com o uso da força. Nada de ação possessória. Durante certo período, substituindo a Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, respondi também pela comarca de Itapeva, que compreendia os municípios de Itapeva e Buri. Ali tive minha primeira experiência como promotor eleitoral, impugnando candidatura a prefeito de Buri, impugnação essa acolhida em primeira e segunda instâncias.

Em fevereiro de 1973 fui promovido por merecimento para a comarca de Pereira Barreto, que na época compreendia também o distrito de Ilha Solteira. Muito trabalho, especialmente nas áreas fiscal (ajuizávamos executivos fiscais), trabalhista e acidentes, pois a população do distrito era numerosa, envolvida na construção da barragem de Ilha Solteira, sem contar inúmeros inquéritos policiais versando fundamentalmente furtos, estelionatos e crimes contra a saúde e a vida das pessoas. O juiz era o Dr. Silvio Marques Neto. Acumulei notável experiência, tanto no atendimento ao público, como na promoção de ações penais, fiscais, trabalhistas e indenizatórias de acidentes do trabalho.

Em fevereiro de 1974 fui convocado para assumir interinamente a 2ª. Promotoria Criminal de Santos, cujo titular estava afastado para tratamento de saúde. No início fiquei assoberbado, pois pouco tempo depois da assunção recebi para ciência e providências cerca de duzentos processos sentenciados, que aguardavam a chegada do promotor. Dr. Antônio Ernesto Bittencourt Rodrigues era o juiz da Vara. Instruía muito bem os processos e sentenciava com sabedoria. Raramente suas decisões eram modificadas em segunda instância. Dois anos depois fui promovido para a 3ª. Promotoria Criminal de Santo André e, em seguida removido para a 6ª. Promotoria Criminal de Santos, então instalada, permanecendo no exercício até março de 1982. Promotoria especializada ajudou-me bastante na área de penal e processo penal.

Quanto às dificuldades para o exercício da função: no início da carreira eram enormes. Como promotor substituto eu andava com minha máquina de escrever e, meus livros básicos (lembro-me com saudades da coleção sobre Direito Civil, do Prof. Washington de Barros Monteiro, dos livros de Direito Penal de Magalhães Noronha, Aníbal Bruno e Nelson Hungria, etc.) para poder trabalhar. Nos municípios de Capão Bonito, Guapiara, Itapeva, Buri, Pereira Barreto o Ministério Público não dispunha de telefones. Diário oficial chegava com três dias de atraso. Material de trabalho tinha que ser retirado no almoxarifado central, no Fórum João Mendes, 8º andar. As estradas de acesso às comarcas eram precárias; cidades distantes de São Paulo. Pereira Barreto, p. ex., ficava a 12 horas de ônibus da Capital. Certa vez, vindo ao almoxarifado retirar material de trabalho, a funcionária recusou-me mais do que 50 folhas de papel timbrado (!), informando que se tratava de orientação da PGJ. Ora, 50 folhas de papel timbrado para encarar os trabalhos na comarca de Pereira Barreto era a mesma coisa que nada. Não dava nem para começar! Tive que recorrer ao PGJ para poder levar material suficiente para trabalhar por pelo menos três meses... Publicações oficiais não chegavam e éramos obrigados a vir à biblioteca, no fórum João Mendes, para prepararmos as peças mais trabalhosas. Eram necessárias consultas frequentes junto aos colegas da Capital sobre jurisprudência do TJ acerca de falências, concordatas, registros públicos, recursos, etc.

Tudo melhorou em 1974, pois como já disse, assumi a 2ª. Promotoria Criminal de Santos. A promotoria era muito trabalhosa, mas encontrei ótimos cartorários, excelente juiz e grandes advogados, os quais muito me ajudaram na área de penal e processo penal. O fórum da comarca era excelente e a sala da promotoria era bem mobiliada e dotada de todas as facilidades para o exercício da função. As publicações oficiais (RT, diário oficial, revista Justitia, etc.) chegavam em dia. Tratava-se de comarca de terceira entrância, com colegas muito experientes como Mario de Barros Pinheiro, Rubens Cardoso Figueira de Mello, Haroldo Cunha, José Carlos Pedreira Passos, Marcos Ribeiro de Freitas e outros, de modo que tínhamos todo o apoio necessário.

Permaneci em Santos até abril de 1982, (instalei a 6ª Promotoria Criminal), ocasião em que fui promovido por merecimento para a 3ª. PJ da Saúde, entrância especial, onde atuei nas áreas cível e criminal até novembro de 1984. Nessa ocasião fui removido para a promotoria do I

Tribunal do Júri da Capital, atuando mais na instrução das ações penais do que no plenário de julgamentos. Fiquei perito em audiências.

Em 1990 fui promovido por merecimento para o cargo de Procurador de Justiça junto à 4ª. Procuradoria, para atuar perante o Tribunal de Alçada Criminal, e, depois de breve passagem pelo 2º Tribunal de Alçada Civil, onde apanhei muito tentando instruir melhor as ações de acidente do trabalho, muito aprendi participando nas sessões plenárias de julgamento das apelações e dos agravos atribuídos à 2ª. Câmara, atuando como representante do MP.

Finalmente, pedi aposentadoria em 1º de agosto de 1991, certo de ter cumprido minha carreira com muita dedicação, plenamente feliz e realizado como membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, o que sempre sonhei.

Luiz Gonzaga Lima Gonzaga

Procurador de Justiça Aposentado